TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1029

A GEOGRAFIA DOS RICOS NO BRASIL

Marcelo Medeiros

Brasília, julho de 2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1029

A GEOGRAFIA DOS RICOS NO BRASIL

Marcelo Medeiros*

Brasília, julho de 2004

* Coordenador do Ipea no International Poverty Centre/Pnud.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega
Secretário-Executivo – Nelson Machado

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais
Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças
Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais
Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos
Paulo Mansur Levy

ISSN 1415-4765

JEL H80

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Assessor-Chefe de Comunicação
Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial
Marco Aurélio Dias Pires

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO **7**

2 GEOGRAFIA DOS RICOS E DESIGUALDADES REGIONAIS: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PROPORÇÕES DE RICOS **8**

3 DIFERENCIAIS DE QUANTIDADE E DE CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS **12**

4 METODOLOGIA **13**

5 RESULTADOS: DESIGUALDADE ENTRE E DENTRO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO **15**

6 CONCLUSÕES **19**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **21**

SINOPSE

Analisa-se neste trabalho quais são as repercussões de desigualdades regionais e locais no padrão geográfico de distribuição dos ricos, atualmente concentrados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os dados são provenientes da concatenação das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) 1997, 1998 e 1999. As comparações regionais são feitas usando-se uma classe de indicadores de riqueza, denominada $R\alpha$, de estrutura semelhante aos índices FGT* de pobreza. Os resultados indicam que a maior parte das diferenças na distribuição espacial dos ricos não deve ser atribuída aos conflitos distributivos locais e a seu resultado em termos de desigualdades na distribuição pessoal de rendimentos, mas sim às desigualdades entre regiões.

ABSTRACT

The article examines the effects of regional and local inequalities in the geographic distribution of the Rich, now concentrated at the Southern and Southeastern regions of Brazil. The data used comes from a combination of the Pnad (National Household Surveys) 1997, 1998 and 1999. Regional comparisons use a class of affluence measure called $R\alpha$, which structure is similar to the FGT indexes of poverty. The results indicate that most of the differences in the spatial distribution of the Rich cannot be related to the local distributive conflicts – and the associated inequalities in the personal distribution of income –, but to the inequalities among regions.

* Refere-se aos índices discutidos por Foster, Greer e Thorbecke (1984).

1 INTRODUÇÃO

Estudar os ricos é importante porque permite avaliar em que medida é possível reduzir as elevadas desigualdades sociais no Brasil por meio de políticas redistributivas. No caso da renda, a concentração é tão elevada que uma fração extremamente reduzida da sociedade detém quantidade considerável dos rendimentos totais. Medidas distributivas orientadas por critérios de justiça que promovam a transferência de recursos daqueles que têm mais para os que têm pouco provavelmente afetariam os estratos mais ricos da população. Contudo, para se saber melhor em que medida e quão desejáveis são transferências de renda dos ricos para os pobres é necessário conhecer bem ambas as partes.

Existem, no Brasil, excelentes e abundantes pesquisas sobre os pobres e as suas características, mas sabe-se pouco sobre os ricos. No que diz respeito à sua distribuição espacial, Campos *et alii* (2004) apresentam amplo mapeamento, com identificação das famílias ricas município a município do país – mas, até onde foi possível identificar, não existe outro estudo do tipo no Brasil, sinal da pouca atenção dispensada ao tema até o momento. Este estudo busca somar conhecimentos sobre a população mais rica do país que podem vir a ser úteis para políticas de redução das desigualdades sociais.

O Brasil é marcado por desigualdades regionais elevadas e persistentes. As diferenças nos níveis de renda *per capita* entre regiões são expressivas e a concentração dos rendimentos pessoais é maior nas áreas mais pobres. A literatura sobre o assunto atribui tal fato a uma questão distributiva de grande escala, isto é, à adoção de um modelo de desenvolvimento que não foi capaz, nas últimas quatro décadas, de eliminar as desigualdades entre regiões. Na verdade, é perfeitamente possível que políticas de Estado atuais, como as de investimento ou infra-estrutura, beneficiem os mais ricos à medida que favorecem algumas regiões em detrimento de outras.

A distribuição espacial dos ricos também é caracterizada por fortes diferenciações regionais. Para explorar o que determina tais diferenciações, este estudo busca associar a distribuição espacial dos ricos a macrocaracterísticas das áreas geográficas, especificamente àquelas que estão relacionadas à quantidade e à distribuição dos rendimentos pessoais. Seu objetivo é avaliar quais as repercussões de desigualdades regionais e locais no padrão geográfico da distribuição dos ricos.

A geografia dos ricos é analisada a partir de uma abordagem que considera que os diferenciais espaciais observados podem ser atribuídos a uma combinação de desigualdades entre e dentro das áreas geográficas. Em razão dessa abordagem, são discutidas duas hipóteses sobre o que determina a distribuição espacial dos ricos e a sua riqueza.[1] A primeira considera que existe alta correlação positiva entre os níveis de desigualdade de renda de uma unidade geográfica e os seus níveis de riqueza e, portanto, a maior parte da distribuição espacial dos ricos pode ser explicada pelas características locais dos conflitos distributivos. A segunda supõe que tal distribuição espacial pode ser atribuída a um modelo de desenvolvimento segmentado regionalmente e, assim, que os níveis de riqueza são determinados, em sua maioria, pela renda *per capita* das unidades geográficas.

1. É comum o uso da palavra **riqueza** como sinônimo de "recursos materiais possuídos por uma pessoa qualquer". Aqui, **riqueza** é usada com o sentido estrito de "rendimentos agregados da população que pertence ao estrato rico".

Embora um estudo exaustivo das relações entre a riqueza de uma área geográfica, seu grau de desigualdade interna e seu nível geral de renda exija instrumental relativamente sofisticado, optou-se pela realização de comparações simples. Para testar essas hipóteses empiricamente, o território brasileiro é dividido em unidades geográficas menores, denominadas Grandes Regiões, que, por sua vez, subdividem-se em Unidades da Federação; em seguida, a distribuição espacial dos ricos é comparada às características dos subespaços geográficos definidos, utilizando-se diagramas de dispersão que relacionam indicadores de riqueza a níveis de renda e desigualdade. Como exploração adicional dessas relações é realizada simulação contrafactual, que tem como objetivo saber como seria o padrão geográfico da distribuição dos ricos se o efeito das desigualdades regionais no nível de renda fosse anulado.

Os dados utilizados provêm das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) de 1997 a 1999, tendo sido levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As medidas de nível e distribuição dos rendimentos usadas são as correntes em estudos similares, renda familiar *per capita* e Coeficiente de Gini; e, para representar o nível de riqueza, é usado o indicador R2, que combina informações sobre incidência, intensidade e variação da riqueza, de estrutura similar às medidas da família $P\alpha$ utilizada em estudos sobre pobreza.

Os resultados indicam que a maior parte das diferenças na distribuição espacial dos ricos não deve ser atribuída aos conflitos distributivos locais e a seu resultado em termos de desigualdades na distribuição pessoal de rendimentos, mas sim às desigualdades entre regiões. Se não existissem diferenças regionais nos níveis de renda *per capita*, a geografia dos ricos no Brasil seria muito distinta da observada – um forte indício de que as diferenças na distribuição espacial dos ricos são, em sua maioria, resultado de uma questão distributiva de grande escala, isto é, conforme colocado anteriormente, da adoção de um modelo de desenvolvimento que não foi capaz de eliminar as desigualdades regionais no Brasil.

2 GEOGRAFIA DOS RICOS E DESIGUALDADES REGIONAIS: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PROPORÇÕES DE RICOS

As desigualdades regionais no Brasil são notórias. Em razão de características sociais e econômicas, os geógrafos tradicionalmente dividem o território brasileiro em cinco áreas, reconhecidas pelo IBGE como as Grandes Regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Embora todas elas detenham peculiaridades, as regiões Sudeste e Sul são claramente mais ricas, em termos agregados, enquanto a região Nordeste é a mais pobre. No que diz respeito à distribuição local da renda, a concentração é maior no Nordeste que no restante do país.

Diversos estudos indicam que tais desigualdades são estáveis. Usando informações tributárias do início da década de 1970, Rossi (1981) notou que a relação entre alguns indicadores de modernização – como grau de industrialização, políticas salariais e composição das famílias – e os de desigualdade de renda não permitiam expectativas positivas quanto ao comportamento da desigualdade, tanto interpessoal quanto inter-regional no país. De 1976 a 1999, a desigualdade permaneceu extremamente estável em torno de um patamar bastante elevado (Coeficiente de Gini em torno de 0,60),

apesar da urbanização, industrialização, democratização, secularização e crescimento do produto agregado da sociedade brasileira. Os resultados de Azzoni (1997, p. 255) mostram que a desigualdade entre áreas geográficas aumentou, durante décadas, até 1980; e recua, em 1991, aos patamares observados em 1970.

A hierarquia das regiões brasileiras persiste ao longo dos anos 1970 e 1980, não só quando se comparam médias, mas também suas distribuições internas de renda. Dados de Barros, Mendonça e Duarte (1996) revelam que, em termos gerais, as curvas de distribuição de renda dos estados mais ricos do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e do Sul mantiveram, com pequenas alterações, a relação de dominância de primeira ordem[2] sobre os estados das regiões Norte e Nordeste observada em 1970.

Constatando a definição de um claro padrão regional e a estabilidade das desigualdades, a literatura que analisa a origem e a evolução dessas diferenças geralmente as atribui a um modelo nacional de desenvolvimento que deu pouca ou nenhuma atenção à supressão dos diferenciais entre regiões, a ponto de o Brasil ser considerado um dos países com as maiores e mais persistentes desigualdades regionais do mundo (Savedoff, 1989; Azzoni, 1997).

Embora possam ser consideradas divisões bastante pertinentes, as Grandes Regiões também apresentam desigualdades internas. A fim de lidar com tais desigualdades, é possível subdividi-las em espaços menores, as Unidades da Federação (UFs), cujas fronteiras são definidas por critérios político-administrativos e correspondem aos estados da União e ao Distrito Federal. Como a maior parte dessas unidades é composta por estados, o termo "estado" costuma ser usado como sinônimo de Unidade da Federação e inclui também o Distrito Federal. Para analisar um estrato pequeno, como é o caso da população rica, subdivisões ainda menores são difíceis de ser realizadas, em decorrência das limitações nos dados disponíveis: raramente o desenho amostral dos levantamentos brasileiros recentes é feito para representar adequadamente características de populações pequenas em níveis espaciais inferiores à UF.[3] O estudo de Campos *et alii* (2004) chega ao nível municipal utilizando dados da amostra do Censo Demográfico, mas, para fazer isso, tem de lançar mão de informações sobre rendimentos cuja qualidade parece ser inferior às existentes na Pnad.

A distribuição espacial dos ricos no Brasil obedece também a um padrão de desigualdades regionais. O mapa 1 apresenta as proporções de ricos na população total das várias Unidades da Federação brasileiras, mostrando que estes estão espacialmente mal distribuídos no país. Existe uma área ao sul do território nacional, composta pelos estados da região Sul e pelos estados mais ricos do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), que apresenta maior incidência de ricos na população. À medida que se afasta em direção ao norte, a proporção de ricos diminui.

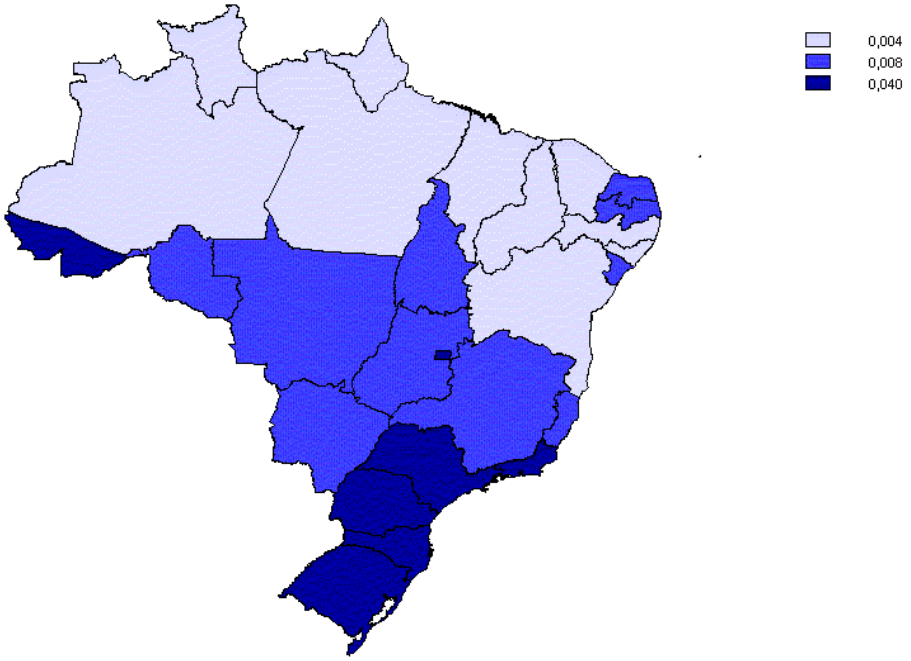
A parte do país que inclui as regiões Norte e Nordeste tem proporções de ricos bem menores que a parte sul. Observa-se que o Distrito Federal e o estado do Acre têm proporções de ricos anormalmente altas em relação aos estados vizinhos. No Distrito Federal, isso ocorre em razão de Brasília, por ser sede do governo federal, ter

2. Isto é, as curvas de proporção da renda distribuída segundo proporção da população (Curvas de Lorenz) dos estados mais ricos mantiveram-se superiores (dominando) às curvas dos estados mais pobres.
3. Exceto, evidentemente, os questionários de amostra dos últimos Censos Demográficos.

características muito particulares. Conforme se verá adiante, o Acre não se diferencia expressivamente dos estados vizinhos, quando utilizados indicadores de rendimentos agregados da população que pertence ao estrato rico e, por isso, pode ser tratado como parte do conjunto composto pelas regiões Norte e Nordeste.

MAPA 1

Distribuição espacial da proporção de ricos na população total – Brasil, 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

O campo teórico privilegiado para a busca de explicação para o comportamento das desigualdades intranacionais, no que diz respeito à constituição de elites, é o das teorias de desenvolvimento, nas quais os diversos ramos das Ciências Sociais dialogam com grande intensidade em torno de temas semelhantes. Herdeiras diretas das idéias dos primeiros economistas e sociólogos, as modernas teorias de desenvolvimento de caráter societal, isto é, aquelas que tratam de cultura, política, organização social ou economia como eixos centrais do desenvolvimento, têm sua origem em estudos realizados na América Latina na década de 1930, mas tomam força no debate acadêmico a partir da década de 1940 (Martinussen, 1997). Fruto do gigantesco impacto que as teorias de Keynes tiveram no pensamento econômico, as teorias de desenvolvimento dos anos 1940 são predominantemente teorias de crescimento, até mesmo os modelos de inspiração marxista que enfatizam a importância de medidas distributivas, como os de Kalecki (1976, p. 67 e p. 194; e 1988, p. 61-62 e p. 93).

É na geração seguinte de teorias de desenvolvimento que a desigualdade deixa de ser uma variável exogenamente determinada e passa a ser algo que essas buscavam explicar. Na década de 1950, a combinação de influências da sociologia clássica, da economia política clássica e de Keynes forma a base de um conjunto bastante heterogêneo de estudos que podem ser classificados como teorias de modernização. Tais teorias entendem o desenvolvimento como um processo de mudança social em direção a um ideal específico de modernização que favoreceria todos os membros da sociedade

(Machado, 1975; Preston, 1996; Hoogvelt, 1976). A redução das desigualdades sociais era vista com otimismo por essas teorias, embora desde Talcott Parsons (1951, p. 528-531; 1974, p.139) a tendência tenha sido tratar a igualdade mais como uma conseqüência da modernização que como um objetivo a ser perseguido. Nessa tendência, duas obras marcaram a década de 1960, a famosa teoria de Rostow (1974, p. 23 e p. 97), muito criticada pela má fundamentação lógica e empírica de seus argumentos, e o estudo de Simon Kuznets (1983, p. 144), mais rigoroso e respeitado entre os economistas, cujo argumento é o de que as instituições que possibilitam o crescimento econômico moderno exercem pressão contínua para diminuir as desigualdades na renda e em outras dimensões do bem-estar social.

As previsões de reversão das desigualdades no mundo feitas pelas teorias de modernização fracassaram, o que abriu espaço para a emergência de teorias alternativas. Entre elas, encontra-se o estruturalismo dependencista latino-americano, que foi capaz de incorporar elementos de teorias de modernização, teorias sobre imperialismo e argumentos keynesianos e kaleckianos, e dominou parte do debate sobre desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970. Teorias semelhantes desenvolveram-se de forma independente no leste da Europa, especificamente na Romênia, mas tiveram impacto muito mais reduzido no debate acadêmico (Love, 1996, p. 216-219). O estruturalismo dependencista geralmente busca explicar ao menos parte das desigualdades sociais intranacionais a partir das relações entre países em modelos centro-periferia (Roxborough, 1979, p. 55-59). Arghiri Emmanuel (1972), por exemplo, explica-as a partir da assimetria das relações internacionais (deterioração dos termos de troca) e Fernando Henrique Cardoso (1972) enfatiza a geração da desigualdade nas sociedades periféricas a partir das relações das elites com o setor externo.

Alguns estruturalistas, porém, preferiam analisar as desigualdades nacionais a partir das características internas de um país. É o caso, por exemplo, de Celso Furtado (1974, p. 72), para quem, na análise da desigualdade social, interessa menos a divisão internacional centro-periferia que a divisão entre aqueles que se beneficiam do processo de acumulação de capital e aqueles cuja condição de vida somente é afetada por esse processo de forma marginal ou indireta. Enfatizando a importância do conflito distributivo para se explicar as desigualdades sociais no país, Furtado afirma, em meados da década de 1960, que o maior problema das desigualdades observadas nas sociedades subdesenvolvidas estava relacionado ao controle dos instrumentos de poder político e, na metade da década de 1970, argumenta que esse poder político vinha também sendo usado no Brasil para sustentar um modelo de desenvolvimento concentrador (1964, p. 84-85; 1975, p. 40; 1981, p. 61).

As colocações de Furtado abrem duas possibilidades para a explicação das diferenças regionais na distribuição da riqueza – isto é, dos rendimentos agregados dos ricos – no Brasil. Primeiramente, que, no limite hipotético, as diferenças na distribuição da riqueza estão relacionadas a uma questão distributiva de grande escala, ou seja, a características resultantes de um modelo nacional de desenvolvimento que não eliminou as desigualdades regionais. No extremo oposto, a segunda possibilidade é que essas diferenças devem-se, essencialmente, ao perfil local dos conflitos distributivos pessoais. Em outras palavras, uma região pode apresentar maior incidência da riqueza porque possui mais recursos que as demais ou porque a distribuição dos recursos nessa região permite a formação de uma elite.

3 DIFERENCIAIS DE QUANTIDADE E DE CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS

Para esclarecer por que razão os ricos distribuem-se geograficamente obedecendo a um padrão razoavelmente bem definido, é possível explorar os vínculos entre a desigualdade na distribuição da população rica e os outros tipos de desigualdade observáveis no país. Analiticamente, a existência de ricos pode ser atribuída ao nível ou à distribuição dos recursos em uma população. Em uma sociedade igualitária, ricos só podem existir quando o nível geral de recursos for elevado. Nesse caso, é possível afirmar que há ricos porque a sociedade é rica. Em uma população desigual, é perfeitamente possível a existência de uma elite rica em meio a uma grande massa de pobres, se porventura essa elite detiver, se não todos, ao menos a maior parte dos recursos existentes. Nessa situação, a existência de ricos não está predominantemente relacionada ao nível, mas à distribuição de tais recursos. As diferenças na distribuição dos ricos no Brasil provavelmente são resultado da combinação de diferenciais de nível e de distribuição de recursos. Assim, cada Unidade da Federação brasileira pode ser analisada em razão de sua posição entre os dois extremos, ricos como resultado do elevado nível agregado de renda, ou ricos como resultado da distribuição desigual da renda dentro de cada UF.

Se há algumas regiões com níveis agregados de renda maiores que os das demais, é evidente que existe, além das desigualdades **dentro** das UFs, um outro tipo de desigualdade, aquela **entre** UFs. Se decomposta, a desigualdade nacional total deve ser equivalente à soma dessas desigualdades. Assim, se a intenção é analisar a relação entre a distribuição espacial dos ricos e os níveis de distribuição da renda, cabe perguntar em que medida a desigualdade espacial na distribuição dos ricos do Brasil pode ser atribuída a desigualdades entre e dentro das unidades geográficas. Responder a essa pergunta requer que se saiba qual parte das diferenças na distribuição espacial dos ricos pode ser explicada pelos diferentes níveis agregados de recursos de cada unidade geográfica (desigualdade entre UFs), bem como em que medida essa explicação relaciona-se à distribuição interna desses recursos em cada uma delas (desigualdade dentro de UFs).

É possível que as diferenças na incidência e na intensidade da riqueza entre as unidades geográficas sejam predominantemente o resultado da maior capacidade de os ricos de algumas localidades apropriarem-se do produto gerado pela economia dessa localidade. Assim, se as diferenças na distribuição espacial dos ricos podem ser explicadas pelas características locais dos conflitos distributivos entre indivíduos, é de se esperar que os maiores níveis de riqueza em uma unidade geográfica possuam relação direta e positiva com seus níveis de desigualdade internos.

Em contrapartida, se as diferenças espaciais na distribuição dos ricos são majoritariamente determinadas por questão distributiva de grande escala, isto é, resultam de um modelo nacional de desenvolvimento que não foi capaz de eliminar desigualdades econômicas e sociais entre as regiões, a expectativa é de que os níveis de riqueza aumentem com o nível de desenvolvimento regional. Nessa hipótese, a desigualdade entre as unidades geográficas deve influenciar mais a incidência e a intensidade da riqueza que as desigualdades dentro das localidades. A validade das linhas gerais desses argumentos pode ser verificada empiricamente para o caso brasileiro por meio de comparações bastante simples, baseadas em simulações contrafactuais, que serão descritas adiante.

4 METODOLOGIA

Os dados utilizados provêm das Pnads de 1997, 1998 e 1999, realizadas pelo IBGE. Para contornar problemas que podem surgir com o uso de uma Pnad isolada para representar populações muito pequenas, como é o caso do grupo dos ricos, optou-se por combinar os resultados das Pnads dos três anos considerados, tratando-os como representativos de uma única população. O desenho amostral das Pnads assegura a inexistência de repetição de entrevistas em um mesmo domicílio no período, fazendo que a concatenação implique uma expansão da população entrevistada. Para evitar que as informações das pesquisas mais recentes tenham maior peso nos resultados em decorrência do crescimento da população utilizada na expansão da amostra nos três anos, os fatores de expansão da amostra foram ajustados para que o crescimento observado da população ao longo do tempo não influenciasse o peso de cada Pnad nos resultados finais, exigindo que o resultado da expansão após a concatenação refletisse a população projetada pela Pnad de 1999. O número de registros, a população representada e os fatores utilizados para correção dos pesos são apresentados na tabela 1.

TABELA 1

Registros e população representada nas Pnads, segundo o ano de realização das pesquisas – Brasil, 1997-1999

Ano	Sem expansão		Amostra expandida		Correção dos pesos
	Registros[1]	% Total	População[2]	%Total	Fator de correção[3]
1997	346.269	33,2%	156.128.003	32,9%	0,3423184137782980
1998	344.975	33,1%	158.232.252	33,3%	0,3377660979844570
1999	352.393	33,8%	160.336.471	33,8%	0,3333333333333330
Total	**1.043.637**	**100,0%**	**474.696.726**	**100,0%**	**Não se aplica**

Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

Notas: [1] "Registros" corresponde ao total de registros resultantes de entrevistas, antes da expansão da amostra.
[2] "População" corresponde à população de referência para a expansão da amostra.
[3] "Correção dos pesos" é definida a fim de que a expansão das três Pnads concatenadas reflita a população de referência em 1999.

O ajuste dos valores monetários ao longo dos três anos foi feito de acordo com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a fim de que os registros corrigidos representassem valores de setembro de 1999, mês de referência utilizado na coleta dos dados da Pnad 1999. Como resultado, os de 1997 foram multiplicados por 1,093409961720310, os de 1998 multiplicados por 1,0598 66481401890 e os de 1999 mantidos como se encontravam (o equivalente a serem multiplicados por 1).

Para identificar a população rica, foi utilizada uma linha de riqueza (z_r), seguindo a metodologia apresentada em Medeiros (2001), que consiste em, primeiro, calcular o hiato de pobreza em relação a uma linha de pobreza (z_p) dada e, em seguida, definir o ponto no qual a renda dos mais ricos deve ser reduzida para que se possa realizar transferências suficientes para cobrir tal hiato e eliminar a pobreza. Os hiatos de pobreza e riqueza são definidos, respectivamente, como a soma das diferenças entre a linha de pobreza ou riqueza e a renda dos indivíduos pobres ou ricos. Em uma população, com $\boldsymbol{n}$ indivíduos, cujas rendas desigualmente distribuídas são representadas por $\boldsymbol{y}$ e estão ordenadas da menor para a maior, existem dois grupos, o dos ricos k a n, cujas rendas estão acima da linha de riqueza, $y_i > z_r$; e o dos pobres 1 a l, cujas ren-

das estão abaixo da linha de pobreza, $y_j<z_p$. Em uma população real, conhecido o hiato agregado de pobreza existente como resultado da adoção de uma linha de pobreza z_p dada, a linha de riqueza z_r pode ser denotada por [1]:

$$[1] \qquad z_r = \frac{\sum_{1}^{l} (z_p - y_j)}{(n-k)\sum_{k}^{n} y_i} \quad \text{, tal que, de 1 a } l, y_i<z_p \text{ e, de } k \text{ a } n, y_j>z_r.$$

Para o cálculo, foi adotada uma linha de pobreza relativa, que definiu como pobre o terço inferior da distribuição de renda *per capita* da população analisada. Em valores monetários de setembro de 1999, essa linha era equivalente a R$ 80,97.

Como não existem na literatura indicadores de riqueza amplamente reconhecidos, buscou-se no debate sobre mensuração da pobreza referências para se definir, por analogia, os indicadores de riqueza, criando-se uma classe de indicadores, Rα, de estrutura semelhante à família Pα, conhecida por índices FGT,[4] apresentada por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A classe de indicadores de riqueza, Rα, que apresenta as mesmas propriedades de Pα, define-se na forma [2] abaixo. Vale ressaltar que pequenas modificações em relação a Pα precisaram ser realizadas, pois a população rica é definida como aquela acima da linha de riqueza:

$$[2] \qquad R_a = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{q}\left(\frac{y_i - z_r}{z_r}\right)^a$$

onde Rα é a medida de riqueza, n o tamanho da população, q o número de ricos, z_r a linha de riqueza e y_i a renda domiciliar *per capita* (ou outra renda desejada). Tal como no caso dos indicadores de pobreza, R0 é uma medida de incidência de riqueza (proporção de ricos), R1 uma medida de intensidade da riqueza e R2 uma medida que combina a incidência da riqueza, sua intensidade e as desigualdades entre os ricos.

Para representar os níveis de riqueza, foram usados os indicadores R2 da família Rα. Na função de indicador geral da quantidade de recursos disponíveis em uma UF, foram usados os rendimentos *per capita* que, embora não sejam totalmente adequados para expressar tais recursos, são suficientes para o propósito de realizar uma avaliação inicial da relação entre as desigualdades intra e inter-regionais e a distribuição espacial dos ricos.[5] O Coeficiente de Gini das rendas foi usado como indicador da desigualdade interna de cada estado.

Para explorar a relação entre as desigualdades regionais e a diferenciação espacial na distribuição da riqueza, realizou-se exercício de simulação que permitiu avaliar o que ocorreria caso as diferenças entre Unidades da Federação nos níveis de renda *per capita* deixassem de existir. Considerando que, analiticamente, a incidência e a intensidade

4. Refere-se aos índices discutidos por Foster, Greer e Thorbecke (1984).

5. Vale notar que não é a renda per capita que define o nível de desenvolvimento de um local. A renda é tratada como algo correlacionado às diversas dimensões do desenvolvimento e, portanto, serve como seu indicador. Isso não parece errado, uma vez que extensa literatura tem mostrado que as regiões brasileiras com maior renda per capita são, em termos gerais, também aquelas que mais se aproximam de características de regiões desenvolvidas.

da riqueza em uma população podem ser tratadas como características determinadas, por um lado, pelo nível geral de renda dessa população e, por outro, pela forma como sua renda é distribuída, o exercício de simulação consiste em neutralizar o efeito da desigualdade nos níveis de renda *per capita* dos estados, isto é, a desigualdade entre estados no Brasil, para que, com isso, as desigualdades nos níveis de riqueza decorram exclusivamente das desigualdades dentro de cada estado. Isso foi feito modificando-se o nível das distribuições de renda de cada estado, deslocando-o para os patamares médios *per capita* nacionais, mantendo-se, porém, sua forma inalterada.

Esse tipo de simulação tem caráter meramente instrumental e não pretende refletir uma tendência da sociedade brasileira, isto é, não tem caráter projetivo. Na verdade, estudos como os de Zini Júnior (1998) e Azzoni (2000) mostram que a tendência de convergência incondicional de renda entre os estados brasileiros é reduzida e só pode ser revertida por meio de políticas de desenvolvimento, o que derruba qualquer pretensão de tratar tal mudança como uma hipótese realista.

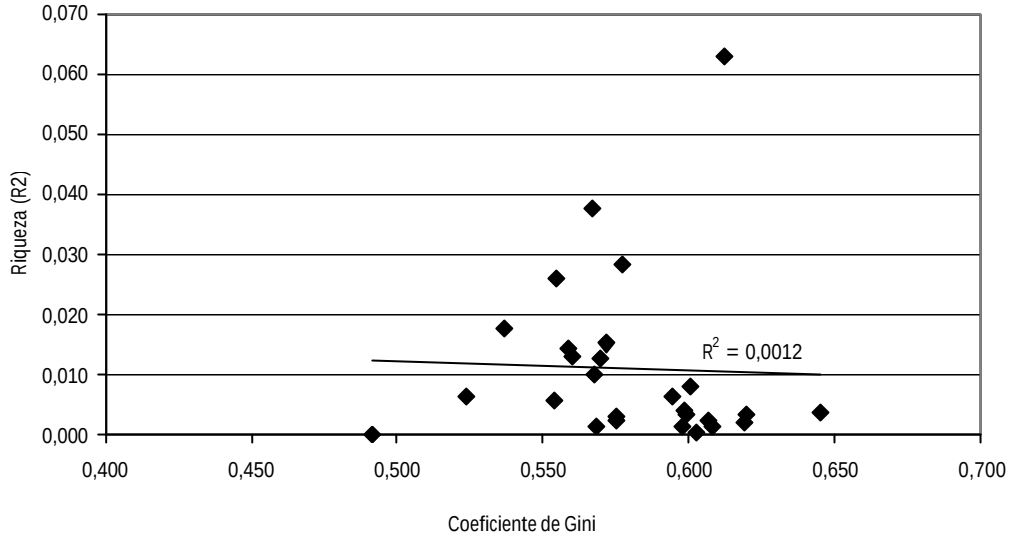
5 RESULTADOS: DESIGUALDADE ENTRE E DENTRO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

O gráfico 1 é um diagrama de dispersão que relaciona o nível de riqueza ao grau de desigualdade de cada Unidade da Federação (UF) brasileira. Para representar os níveis de riqueza no eixo vertical, é usada a medida R2 da família Rα e, no eixo horizontal, o Coeficiente de Gini das rendas é usado como indicador da desigualdade interna de cada estado. Ao gráfico foi adicionada uma linha, obtida por regressão, que indica a tendência linear da relação entre riqueza e desigualdade. Nele, cada ponto, destacado por um pequeno losango, corresponde a uma UF. Os estados com maior desigualdade interna, que, em geral, são também os mais pobres do Nordeste, encontram-se na parte inferior direita do gráfico. O ponto em destaque na parte superior representa o Distrito Federal. Os demais estados estão dispersos na área do gráfico. Se as desigualdades internas forem um importante determinante dos níveis de riqueza, é de se esperar uma correlação positiva forte entre os indicadores R2 e os Coeficientes de Gini das UFs.

O gráfico 1 mostra claramente que quase não existe relação direta (linear) entre o nível de desigualdade interna de um estado e o nível de riqueza desse estado. A curva de tendência, muito pouco inclinada, indica que a correlação entre os níveis de riqueza e desigualdade é reduzida e, além disso, negativa. Isso sugere que as diferenças na distribuição espacial dos ricos não podem ser adequadamente explicadas apenas pelas características locais dos conflitos distributivos entre indivíduos que determinam a apropriação de diferentes frações do produto dessas economias.

GRÁFICO 1

Dispersão do Índice de Riqueza R2, segundo Coeficiente de Gini, por UF – Brasil, 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

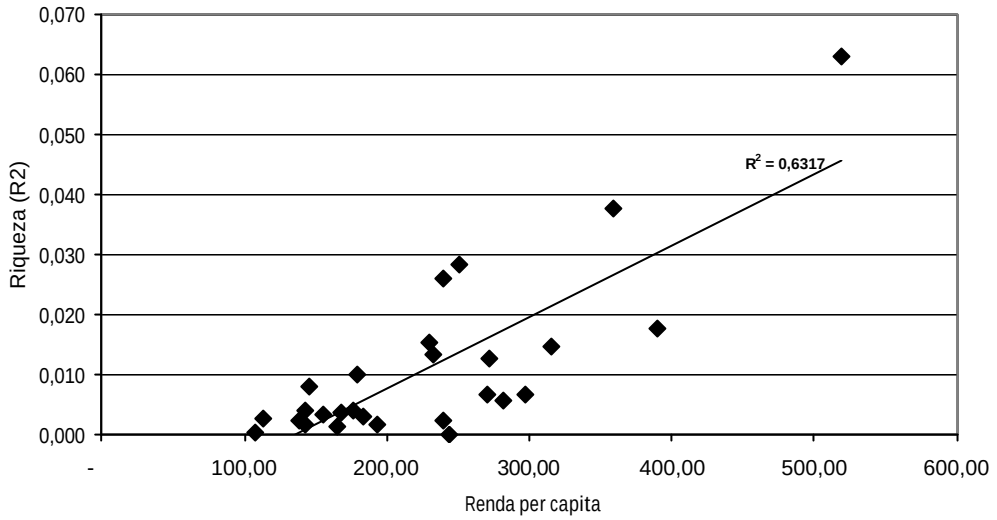
Como as desigualdades internas não são uma boa explicação para os diferenciais regionais na distribuição da riqueza, cabe buscá-la na diferenciação dos níveis de rendimentos das Unidades da Federação. Por um lado, locais com maior nível de rendimentos tendem a apresentar maiores oportunidades de enriquecimento e manutenção do *status* dos ricos; assim, tanto favorecem o surgimento e a manutenção de ricos locais quanto atraem ricos de outros lugares. Por outro lado, a própria existência de ricos contribui para os níveis gerais de produto de uma UF apropriados pelas pessoas que nela residem. Uma correlação positiva entre o indicador R2 e a renda *per capita* seria indício de que a distribuição espacial da população rica está relacionada a uma questão distributiva de grande escala, isto é, a características resultantes de um modelo nacional de desenvolvimento regionalmente segmentado que exige que os ganhos de aglomeração sejam maiores em algumas regiões que em outras.

Existe uma nítida tendência de os níveis de riqueza (R2) aumentarem concomitantemente à renda *per capita* das Unidades da Federação. O gráfico 2 revela que a correlação entre os indicadores é razoável e apresenta sinal positivo. Embora a concentração de estados com baixa renda e baixos níveis de riqueza dificulte a visualização de sua dispersão no gráfico, mesmo entre eles a diferenciação segue o comportamento da tendência geral de associação entre riqueza e nível de renda agregada. As evidências corroboram a hipótese de que as diferenças na distribuição espacial da intensidade e da incidência da riqueza no Brasil são mais bem explicadas pelas desigualdades entre estados que pelas desigualdades intra-estaduais.

Uma conclusão como essa está em sintonia com os resultados do debate recente sobre temas correlatos. Estudos relativamente atuais mostram forte componente regional no comportamento de indicadores de bem-estar, com associação entre nível de renda local e índices de mortalidade infantil (Barros e Sawyer, 1993), situação nutricional de crianças e adultos (Thomas, 1982; Monteiro, 1995; Hoffmann, 1998), ní-

veis salariais (Savedoff, 1989; Barros e Mendonça, 1995), rendimentos na agricultura (Corrêa e Hoffmann, 1997), pobreza (Ramos, 1994; Rocha, 1998) e qualidade da educação (Barros, Mendonça e Shope, 1993).

GRÁFICO 2
Dispersão do Índice de Riqueza R2, segundo Renda per capita, por UF – Brasil, 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

Embora esteja claro que existe correlação positiva entre a renda *per capita* e o indicador de riqueza, não é possível estabelecer com segurança uma relação de determinação causal simples entre ambos. Em outras palavras, os resultados apresentados não permitem afirmar se uma região tem renda *per capita* maior que as demais porque nela há mais famílias ricas ou se há nela mais ricos em decorrência das oportunidades criadas pela maior renda agregada da região. Considerando-se a renda total e os valores dos Coeficientes de Gini em cada estado do país, há razões para crer na hipótese de que são ganhos de aglomeração que abrem oportunidades para a existência de maior proporção de ricos em uma localidade. Embora desproporcional em relação ao restante da população, a renda detida pelos ricos não é suficiente para influenciar de modo expressivo os valores dos rendimentos *per capita* de cada espaço geográfico. O teste efetivo dessa hipótese, porém, exige uma avaliação a partir de outras informações.

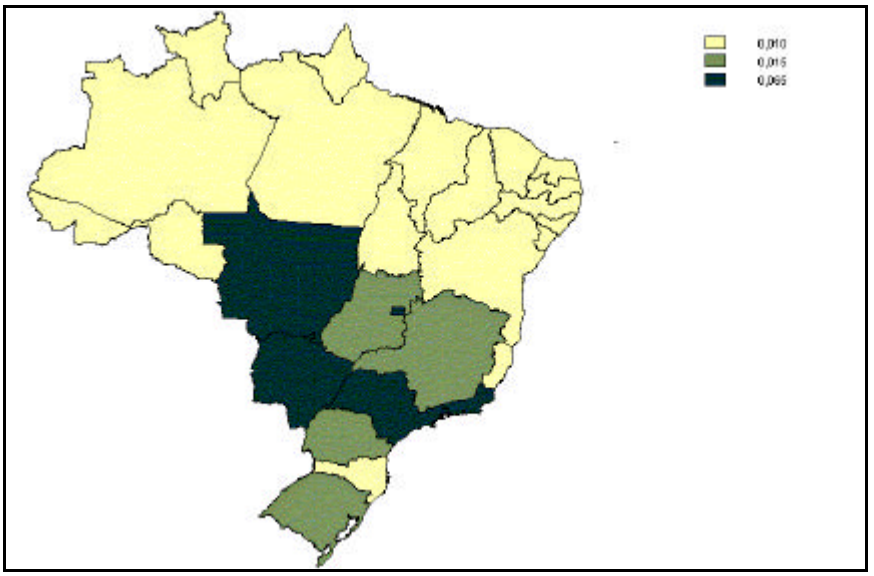
Se as desigualdades regionais forem realmente importantes para se explicar as diferenças na distribuição espacial da intensidade e da incidência da riqueza no Brasil, seria de se esperar que tais diferenças fossem substantivamente modificadas quando as divergências no nível de renda das UFs fossem suprimidas. Se o padrão espacial da distribuição do indicador de riqueza fosse significativamente alterado, seria possível rejeitar a hipótese de que as desigualdades intra-estaduais são relevantes a favor da hipótese das desigualdades interestaduais como determinante da distribuição espacial dos ricos.

Os resultados da simulação são muito claros. A geografia dos ricos no Brasil é radicalmente alterada quando os diferenciais regionais nos níveis de renda são controlados. Os mapas 2 e 3 mostram que o perfil da distribuição espacial do R2 é prati-

camente invertido quando se simula que as desigualdades dentro das Unidades da Federação são mantidas, mas as desigualdades entre elas são eliminadas. Os estados mais ricos das regiões Sudeste e Sul observam uma diminuição no indicador de riqueza R2, enquanto em todos os demais estados os valores dos indicadores de riqueza aumentam.

MAPA 2

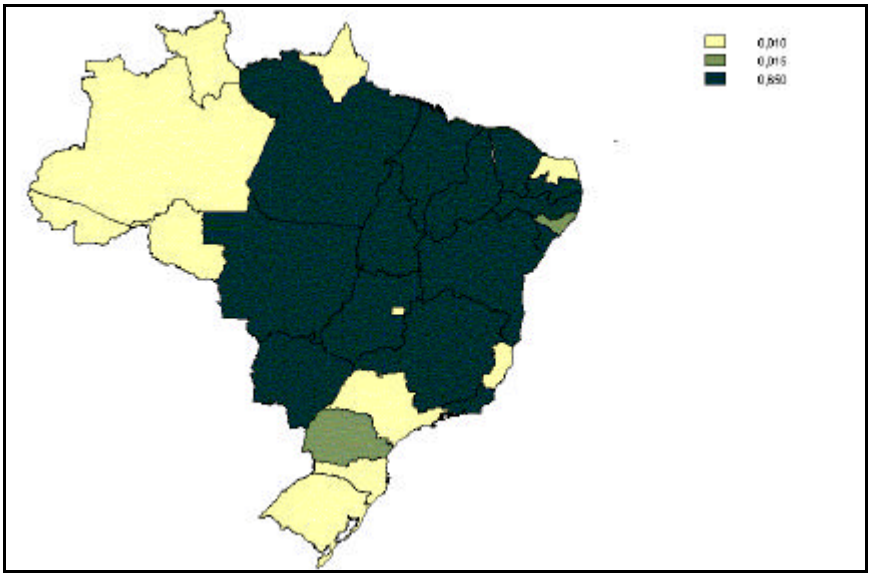
Distribuição espacial observada da riqueza (R2) – Brasil, 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

MAPA 3

Distribuição espacial simulada da riqueza (R2) – Brasil, 1997-1999



Fonte: IBGE – Pnads 1997-1999, microdados.

A mudança no perfil de distribuição espacial do indicador R2 é um forte indício de que as desigualdades de nível de renda agregado entre as Unidades da Federação são um elemento importante na explicação das diferenças na distribuição espacial dos ricos. É evidente que o realismo desse tipo de simulação é comprometido pela simplicidade de seus pressupostos. Os resultados obtidos não podem ser tomados como uma referência do que ocorreria no caso de uma diminuição real dos níveis de desigualdade inter-regional no Brasil.

Deve ser ressaltado que a disponibilidade de dados impõe uma limitação ao estudo no que diz respeito à análise no nível subestadual. O desenho amostral das Pnads não permite, por exemplo, tomar os municípios brasileiros como unidade de análise. Há evidências de que existem subespaços (geralmente um conjunto de municípios) em regiões pobres com características semelhantes às observadas em regiões ricas. Embora esse seja um tópico cuja importância tem se tornado crescente nos debates sobre desenvolvimento regional, aparentemente a consideração de um nível mais refinado de desagregação não afetaria as conclusões obtidas a partir da comparação entre estados. É provável que as tendências gerais observadas mantenham-se, caso os municípios sejam tomados como unidades de análise.

6 CONCLUSÕES

As desigualdades regionais no Brasil encontram-se entre as maiores do mundo. Em termos de renda média, as Grandes Regiões Sul e Sudeste são claramente mais ricas, enquanto a Nordeste é a mais pobre. A concentração da renda é alta em todo o país, sendo especialmente aguda nas regiões mais pobres. Tais desigualdades são bastante estáveis no tempo e não há nenhuma tendência de sua redução nos próximos anos. A literatura que analisa a origem e a evolução dessas tendências geralmente as atribui a um modelo nacional de desenvolvimento segmentado que investiu pouco na supressão dos diferenciais regionais.

A distribuição espacial dos ricos no Brasil também obedece a um padrão regional desigual. Os estados da região Sul, os estados mais ricos da região Sudeste e o Distrito Federal apresentam a maior incidência de ricos na população. Por sua vez, as regiões Norte e Nordeste revelam proporções de ricos por habitante bem menores. Quando se observa a riqueza por meio de um indicador mais abrangente, que leva também em consideração informações sobre a intensidade da riqueza e o grau de desigualdade entre os ricos, esse perfil é levemente alterado, mas as conclusões gerais se mantêm: a riqueza é maior no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste.

Esse padrão não pode ser explicado pelas desigualdades internas de cada Unidade da Federação. Praticamente inexiste relação entre o nível de concentração de renda e o de riqueza dos estados. As diferenças na distribuição espacial dos ricos não podem ser atribuídas apenas aos conflitos distributivos locais e a seu resultado em termos de desigualdades na distribuição pessoal de rendimentos. Em contrapartida, há clara tendência de que os níveis de riqueza aumentem de acordo com o volume total de recursos de cada região. Existe correlação positiva razoável entre os indicadores de riqueza e o nível de renda *per capita* das Unidades da Federação, o que significa que as diferenças na distribuição espacial da intensidade e da incidência da riqueza no

Brasil são mais bem explicadas pelas desigualdades entre estados que pelas desigualdades intra-estaduais.

Caso as diferenças regionais nos níveis de renda *per capita* deixassem de existir, isto é, se a distribuição da riqueza dependesse apenas das desigualdades dentro de cada estado, a geografia dos ricos no Brasil seria radicalmente alterada. A distribuição dos indicadores de riqueza seria praticamente invertida se não houvesse desigualdades regionais, com especial prejuízo para as regiões Sul e Sudeste. Trata-se, evidentemente, de um resultado esperado, uma vez que há relação inversa entre os níveis de renda e a desigualdade interna dos estados brasileiros. Tal mudança no perfil geográfico da riqueza deve ser interpretada como um indício forte de que as diferenças na distribuição espacial dos ricos são, em sua maioria, resultado de uma questão distributiva de grande escala, isto é, da adoção de um modelo de desenvolvimento que não foi capaz de eliminar as desigualdades regionais.

Essas conclusões sugerem que políticas públicas de redução das desigualdades interpessoais devem levar em conta a dimensão espacial. Embora importante por questões de justiça, a simples redução das desigualdades locais não seria apropriada como solução para os problemas sociais das regiões mais pobres. A evidência de que existem ganhos de aglomeração nos locais de maior renda *per capita* do país indica que nestes o potencial redistributivo é maior. Logo, a geografia da riqueza no Brasil sugere que medidas redistributivas devem ter também foco na redução das desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, Carlos Roberto. Distribuição pessoal da renda nos estados e desigualdade de renda entre estados no Brasil – 1960, 1970, 1980, 1991. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 251-278, ago. 1997.

_____; MENEZES-FILHO, Naércio; MENEZES, Tatiane; NETO, Raul S. Geografia e convergência da renda entre os estados brasileiros. *In*: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Brasília: Ipea, 1995. (Texto para Discussão, n. 377).

_____; MENDONÇA, Rosane S. P.; DUARTE, Renata Pacheco N. Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. **Anais do XVIII Encontro Brasileiro de Econometria**, v. 1. Águas de Lindóia: Sociedade Brasileira de Econometria, 11 a 13 dez. 1996. p. 495-515.

_____; _____; SHOPE, James Alan. **Regional disparities in education within Brazil: the role of quality of education**. Brasília: Ipea, 1993. (Texto para Discussão, n. 311).

_____; SAWYER, Diana. **Unequal opportunity to survive, education and regional disparities in Brazil**. Brasília: Ipea, 1993. (Texto para Discussão, n. 307).

CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo; SILVA, Ronnie. **Atlas da exclusão social volume 3**: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Latin American capitalism. *In*: ALAVI, H.; SHANIN, T. **Introduction to the sociology of developing societies**. New York: Monthly Review Press, 1982. Versão do artigo original Dependency and Development in Latin America. *New Left Review*, n. 74, 1972.

CORRÊA, Angela M. C.; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de rendimentos na agricultura brasileira: uma análise regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 279-312, ago. 1997.

EMMANUEL, Arghiri. White settler colonialism and the myth of investment imperialism. *In*: ALAVI, H.; SHANIN, T. **Introduction to the sociology of developing societies**. New York: Monthly Review Press, 1982. Publicado originalmente em *New Left Review*, n. 74, 1972.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, v. 52, n. 3, p. 761-766, May 1984.

FURTADO, Celso. **Análise do "modelo" brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O Brasil pós-"milagre"**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza e desnutrição de crianças no Brasil: diferenças regionais e entre áreas urbanas e rurais. **Economia Aplicada**, v. 2, n. 2, p. 299-315, abr. a jun. 1998.

HOOGVELT, Ankie M. M. **The sociology of developing societies**. London: Macmillan Press, 1976.

KALECKI, Michal. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Os Pensadores).

KUZNETS, Simon. **Crescimento econômico moderno**: ritmo, estrutura, difusão. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

LOVE, Joseph L. **Crafting the third world**: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1996.

MACHADO, Lia P. Alcance e limites das teorias da modernização. *In*: DURAND, J. C. G.; MACHADO, L. P. (Org.). **Sociologia do desenvolvimento**, v. II, p. 183-206. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARTINUSSEN, John. **Society, state and market**: a guide to competing theories of development. Lodon: Zed Books, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. **A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza**. Brasília: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 812).

MONTEIRO, Carlos A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 9, p. 195-207, 1995.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1974.

_____. **The social system**. London: Routledge & Keagan Paul, 1951.

PRESTON, Peter W. **Development theory**: an introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

RAMOS, Lauro. **Poverty in Brazil in the 80's**. Brasília: Ipea, 1994. (Texto para Discussão, n. 361).

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização. **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia**, v. 3, p. 1.665-1.682. Vitória: Anpec, 8 a 11 dez. 1998.

ROSSI, José W. Income distribution in Brazil: a regional approach. **Journal of Development Studies**, v. 17, n. 2, p. 226-234, 1981.

ROSTOW, W. W. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ROXBOROUGH, Ian. **Theories of underdevelopment**. London: Macmillan, 1979.

SAVEDOFF, William. The stability of regional wage differentials in Brazil. **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia**, v. 3, p. 1.495-1.512. Fortaleza: Anpec, dez. 1989.

THOMAS, Vinod. **Differences in income, nutrition and poverty within Brazil**. Washington: World Bank, Feb. 1982. (World Bank Staff Paper, n. 505).

ZINI JÚNIOR, Álvaro A. Regional income convergence in Brazil and its socio-economic determinants. **Economia Aplicada**, v. 2, n. 2, p. 383-411, abr. a jun. 1998.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2004

EDITORIAL

Coordenação
Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão
Iranilde Rego

Revisão
Gisela Viana Avancini
Sarah Ribeiro Pontes
Allisson Pereira Souza (estagiário)
Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração
Aeromilson Mesquita
Elidiane Bezerra Borges

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51,
14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: http://www.ipea.gov.br

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares